

## 1 - O despertar de um espírito associativo

Milena da Silveira Pereira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PEREIRA, MS. O despertar de um espírito associativo. In: *A crítica que fez história: as associações literárias no Oitocentos* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, pp. 21-65. ISBN 978-85-68334-50-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# 1

## ○ DESPERTAR DE UM ESPÍRITO ASSOCIATIVO

*“A nossa Portuguesa América que na produção de engenhosos filhos pode competir com Itália, e Grécia, não se achava com as Academias, introduzidas em todas as Repúblicas bem ordenadas [...]. Não permitiu o Vice-Rei, que faltasse no Brasil esta pedra de toque ao inestimável ouro dos seus talentos, de mais quilates, que os das Minas. Erigiu uma doutíssima Academia, que se faz em Palácio na sua presença.”* (Rocha Pita, 1730)

### **Prelúdios das agremiações**

Em 2 de julho de 1832, Francisco Cordeiro da Silva Torres, presidente da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain), em sessão solene pronuncia: “um homem só, para que serve? [...] Quão diferente porém é este mesmo homem associado com outros! Põe em movimento, [...] resolve difícilimos problemas [...]! Onde não há associação, o mundo é pobre, é pouco, é rude” (*O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1833, p.12). Do mesmo modo, anos depois, em 1852, Manuel Antônio Duarte de Azevedo (p.34), orador da Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano, ao discursar na sessão inaugural

da Sociedade Ateneu Paulistano, afirma que o espírito de associação, “esse poderoso motor do desenvolvimento e do progresso derramado por todos os povos civilizados”, tinha também “tocado o coração da mocidade brasileira: o indiferentismo de cada um vai cessando pelo bem de todos, e cada qual procura concorrer com o seu contingente de ilustração e de talentos para a marcha da civilização do país”.

Em 1885, em seu pioneiro estudos sobre associações fundadas no Brasil, Manuel Duarte Moreira de Azevedo (p.265) igualmente declara que “é reconhecida a utilidade das associações que, por meio de esforços comuns, põem em prática um fim comum. Derramam a civilização, a instrução, iluminam os povos, esclarecem os espíritos”. As associações “fazem aparecer os grandes propugnadores das letras, artes e ciências, despertam os espíritos estudiosos e constituem o exercício mais útil e frutífero do espírito humano”; são, em suma, “o conjunto da força de todos, o esforço coletivo, que sempre é o mais forte; são escolas úteis” (ibidem).

Afirmações dessa natureza, que destacam os benefícios do associar-se e manifestam a convicção da importância das agremiações para o desenvolvimento da cultura das nações, foram recorrentes no Oitocentos brasileiro, especialmente a partir da década de 1830, quando, então, começam a surgir um sem-número de associações de naturezas diversas. Entre essas manifestações, as respectivas às agremiações de cunho literário foram as mais acaloradas na defesa do “espírito associativo” e do seu potencial para colaborar na afirmação e promoção da literatura brasileira. No entanto, o esforço por criar condições de concretização e de solidificação dessas instituições, em muitos casos, não foi proporcional à vontade de associar-se, tornando-se possível, só bem mais tarde, em 1897, uma associação de caráter nacional duradoura, a Academia Brasileira de Letras (ABL). Mas, a despeito do sucesso tardio, não foram poucos os letrados que, buscando reverter o quadro de tentativas malogradas e associações literárias efêmeras, reivindicaram um lugar, durante o Império brasileiro, para tais agremiações. Macedo Soares (1860, p.276), por exemplo, no ensaio “Da crítica literária”, conclama: “formem um centro literário que não seja simplesmente

histórico e geográfico”. Tempos antes, em 1833, Francisco de Sales Torres Homem (1978a, p.106-7), em discurso dirigido ao Instituto Histórico da França, já lamentava: “nenhuma academia, nenhuma instituição literária”.

No século XIX, como veremos neste trabalho, foram inúmeras as tentativas de criação de associações literárias, umas com vida relativamente longa, outras nem tanto e algumas não passaram da etapa do projeto e sequer chegaram a ser fundadas. Mas, antes de retomarmos suas trajetórias ou as propostas das agremiações ou dos projetos frustrados, retornemos um pouco no tempo para apresentar algumas iniciativas anteriores e refletir em que medida se assemelham ou se distanciam das associações literárias promovidas no século XIX.

Em setembro de 1724, o jornal francês *Mercure Historique de France* noticiava que a Academia Brasilica dos Esquecidos era “sem dúvida a primeira Academia que os brasileiros tiveram” (Sigaud, 1844, p.481). Fundada em 23 de abril de 1724, na Bahia, pelo vice-rei do Brasil Vasco Fernandes César de Meneses, a Academia Brasilica dos Esquecidos<sup>1</sup> tinha como propósito maior coligir informações sobre a história brasilica em quatro partes: natural, militar, eclesiástica e política. Nas memórias dessa associação – memórias por muitos anos consideradas perdidas e posteriormente resgatadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) –, ficou expresso, além desse objetivo principal de estudar a História do Brasil, o desígnio de honrar as letras “para dar a conhecer os talentos que nesta província floresciam e que por falta de exercício literário estavam como desconhecidos” (Pinheiro, 1868, p.18).

Foram convidados para tal empreitada sete letrados “esquecidos” pela Academia Real de História Portuguesa, tendo cada qual um cognome: ocupado, vago, infeliz, obsequioso, venturoso, laborioso e nublado.<sup>2</sup> A Academia Brasilica dos Esquecidos, seguindo os

1 É importante destacar que foram feitas atualizações da língua portuguesa em todos os nomes das associações que serão apresentadas ao longo deste estudo.

2 A denominação esquecidos pode estar relacionada ao fato de os seus membros não terem sido convidados para fazer parte do quadro de fundadores da Academia Real de História de Portugal, em 1720. Os sete principais membros

moldes das academias surgidas na Europa desde o século XVI,<sup>3</sup> escolheu o sol como empresa, *sol oriens in occiduo*, e era composta por homens ligados ao Estado e à administração pública ou à Igreja. Na sua ata de fundação, estava definido que, “em obséquio dos engenhos poéticos, se dariam para todas as conferências dois argumentos ou assuntos, um heroico, outro lírico” (ibidem, p.20). Teve duração de menos de um ano, realizou 18 reuniões quinzenais e nos legou a *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita (1730).

Se na Europa desde o século XVI o gosto por palestras e academias havia se generalizado, o marco desse movimento no Brasil foi a Academia Brasileira dos Esquecidos. O Setecentos brasileiro conheceu, a partir de então, apesar da demora em cruzar o Atlântico, um pródigo movimento academicista que congregou letrados e

---

da Academia dos Esquecidos foram: padre Gonçalo Soares da França, o obsequioso; desembargador Caetano de Brito Figueiredo, o nubiloso; ouvidor Luís de Siqueira da Gama, o ocupado; juiz de fora Inácio Barbosa Machado, o laborioso; coronel Sebastião da Rocha Pita, o vago; capital João de Brito, o infeliz; e José da Cunha Cardoso, o venturoso (cf. Rizzini, 1988, p.267).

- 3 Desde o século XVI, começam a despertar na Europa as primeiras associações literárias, caracterizadas pela preocupação com as línguas vernáculas, pelo patrocínio real e pelos nomes excêntricos e apelidos esdrúxulos dos associados. Na Itália, pioneira desse movimento, surgiram, entre outras academias, a dos Úmidos, dos Gelados, dos Solitários, dos Surdos, os Ociosos e, a mais famosa, a Academia della Crusca ou do Farelo (Florença, 1582), as quais transmitiram aos países que tinham relação com a Itália o gosto por essas reuniões literárias. Logo em seguida, na França, a marquesa de Rambouillet abre seus salões aos homens de letras, e, de acordo com o cônego Fernandes Pinheiros (1868, p.12-4), “o poderoso ministro de Luiz XIII, imitando o exemplo de Cosme de Medicis, expande cartas patentes e rodeia de privilégios a modesta convivência de alguns eruditos dados ao estudo do pátrio idioma”. Na Espanha, surge a Academia Espanhola, aos moldes da francesa, e vestígios das academias italianas podem ser notados nas academias dos Noturnos, na dos Desconfiados e na do Bom Gosto, uma espécie de “pálido e frouxo reflexo das eruditas conferências do palácio Rambouillet” (ibidem), estabelecida pela condessa de Lemus. E, em Portugal, aparecem, depois da Restauração de 1640, entre outras, a Academia dos Generosos (1647) e a Academia dos Singulares (1663), as quais, principalmente a segunda, serviram de modelo para a Academia Brasileira dos Esquecidos.

propagou-se por várias regiões do país.<sup>4</sup> Essas primeiras associações, ligadas ao “culturalismo lusitano” (cf. Rizzini, 1988, p.269; Castello, 1972), eram formadas tanto para um grande objetivo, como a tentativa de redação da História do Brasil, quanto por fatos isolados, como a homenagem devida à chegada de um nobre à colônia ou à morte ou ao nascimento de um aristocrata, podendo ser divididas em três grupos. O primeiro seria formado pelas academias propriamente ditas, com organização, objetivos e estatutos definidos, de caráter literário, histórico e às vezes científico, com destaque, entre as mais expressivas no conjunto do movimento em geral, para a já apresentada Academia Brasília dos Esquecidos, Academia dos Felizes (1736), Academia Brasília dos Acadêmicos Renascidos (1859), Academia Científica do Rio de Janeiro (1771) e Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1786-1790; 1794). No segundo grupo, encontram-se os atos ou as sessões acadêmicos que se destacavam como acontecimento literário e histórico em que predominava o “espírito bajulatório”, como a Academia dos Seletos (1752), em homenagem a Gomes Freire de Andrada, e academia em homenagem a Bernardo José de Lorena. Do terceiro e último grupo, fariam parte as celebrações realizadas por ocasião de festejos públicos comemorativos em homenagem a reis ou príncipes nos momentos de aclamação, nascimento, casamento, morte, como as exéquias da infanta D. Maria Francisca Dorotéia, realizadas no ano de 1771 (cf. Castello, 1972; Candido, 2007).

Em linhas gerais, as academias e os acadêmicos do século XVIII contribuíram inegavelmente para o melhor conhecimento do Brasil e estímulo à nossa vida literária, muito embora nem sempre tenham atingido seus objetivos, em razão da curta duração dessas

---

4 José Aderaldo Castello (1972, p.119), crítico e historiador literário que buscou estabelecer um trabalho de síntese sobre as origens e a unidade da literatura brasileira, pontua que esse movimento talvez tenha sido o que de mais sério ocorreu na vida cultural do Brasil colônia, por desenvolver o princípio da vida literária, levar a criação poética e teatral à comunicação direta com o público, numa época em que as publicações impressas, além de raras, só se faziam em Portugal, e dar início ao “exercício da crítica”.

manifestações (cf. Castello, 1972, p.97-9). Assim, ao mesmo tempo que a tradição academicista se mostrou muito forte no Brasil, o fracasso das agremiações literárias também foi uma constante na história desses movimentos. Além disso, essas primeiras manifestações se deram no âmbito da colônia, e seus interesses estavam muitas vezes voltados para Portugal, ou seja, foram organizadas por iniciativas de representantes oficiais da autoridade e da mentalidade portuguesa e, de certa maneira, tornaram-se centros organizados de elogio à Metrópole. Fernandes Pinheiro (1839, p.68), o visconde de São Leopoldo, em estudo lido no primeiro ano do IHGB, ao analisar as academias literárias do século XVIII, buscou marcar a diferença de propósitos dessas primeiras associações em relação a instituições como o IHGB, assinalando que aquelas primeiras “só tiveram em alvo particulares congratulações e louvores a certo e determinado objeto ou indivíduo”.

Não se pode negar, pois, que essas primeiras iniciativas associativas foram talvez os principais meios de produção, promoção e expressão da cultura escrita, servindo inclusive de estímulo para algumas futuras agremiações Oitocentistas. Duarte Paranhos Schutel (1837-1901), por exemplo, membro da Academia Filosófica, em 1858, ao realizar um histórico da situação da cultura no país, declara que “novas sementes foram lançadas no terreno, e desta vez já algumas brotaram, e começaram a encravar suas raízes; a poesia ia-se implantando, porque uma sociedade foi fundada na Bahia em 1724” (p.10). “A Academia dos Esquecidos”, completa Schutel (1858, p.10), “era o primeiro passo seguro que o Brasil dava para a sua emancipação”.

No entanto, embora os germes dessa prática associativa estejam nesse movimento academicista do Brasil colonial, no século XIX os interesses e o cenário passaram a ser outros. As agremiações fundadas a partir da chegada de D. João VI no Brasil e, especialmente, depois de 1822, fazendo coro com o seu tempo, passaram a ter uma forte preocupação com os destinos da nacionalidade brasileira, caracterizando-se pelo desígnio de tentar influir no cenário social e cultural do Brasil. Além disso, as associações oitocentistas, apesar de

partilharem dessa conduta, não se destacavam majoritariamente pela forma de instituição de festejos públicos, comemorações solenes e atos acadêmicos, que tanto haviam caracterizado as sociedades literárias do século XVIII. E, especialmente, pelo fato de ser proibida a instauração de tipografias na América Portuguesa, o que limitou, e muito, a ação dessas associações setecentistas. Assim, a presença da imprensa no século XIX aparece como ponto fundamental de diferenciação, pois uma das principais características das sociedades literárias oitocentistas, como veremos mais adiante, era a produção de periódicos.<sup>5</sup>

## O florescer das associações

Frei Francisco de Monte Alverne (1784-1858), considerado pelos coetâneos o maior orador sacro do período, sobre a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, descreve:

A chegada do príncipe Regente ao Brasil foi saudada como presságio de sua grandeza, e sua futura independência. Os grilhões coloniais estalaram um a um entre as mãos do príncipe, que a posteridade reconhecerá por o verdadeiro Fundador do império do Brasil. As artes, a indústria e o comércio floresceram à sombra do gênio criador deste Monarca generoso, para quem o Brasil era o sonho mais agradável de sua vida. Tudo que o Brasil possui em estabelecimentos de pública utilidade, teve nele sua origem. (Monte Alverne, 1856)

Desde os tempos coloniais, é sabido, o espaço ocupado pela cultura escrita fora sempre muito limitado. A carência ou mesmo a

---

5 É importante mencionar que existiram tentativas de publicação no período colonial, como foi o caso da Oficina de Antônio Isidoro da Fonseca, que conseguiu, por intermédio do governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, em 1847, a autorização para a instalação de uma tipografia, contudo, a duração foi bem curta, menos de um ano, e publicou somente três obras (cf. Hallewell, 2005, p.92-4).



ausência de meios de produção de cultura, a inexistência de universidades, a escassez de bibliotecas, o número restrito de público-leitor, as dificuldades de comunicação e a proibição de instauração da imprensa na colônia dificultavam a promoção de ideias no Brasil (cf. Moraes, 1979; Rizzini, 1988). Houve, como apresentado, alguns esforços de agremiações de homens de letras, a partir do século XVIII, no sentido de dar alguma vida à cultura escrita. Todavia, é a partir da chegada de D. João VI que começa a surgir um ambiente propício para a produção cultural e intelectual, com a formação de bibliotecas públicas e particulares, a criação da Biblioteca Real e do Museu Nacional, o estabelecimento de tipografias e da Imprensa Régia, a criação das primeiras escolas superiores, o desenvolvimento do gosto pelo teatro, pela música e pela oratória religiosa nas solenidades da Igreja, entre outras medidas no sentido de dotar a nova sede da Coroa de algumas instituições culturais. Segundo Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), citado por J. B. Debret (1768-1848), pintor e integrante da Missão Artística Francesa, tal teria sido o impacto do deslocamento da Corte para os trópicos que se poderia dizer que “a travessia de um só homem coroado inverteu as posições respectivas de Portugal e do Brasil; o primeiro deixou de ser metrópole; o segundo deixou de ser colônia: os papéis foram trocados” (apud Debret, 1978, p.107). Em 7 de março de 1808, pois, desembarcavam no Rio de Janeiro D. João VI, a Família Real, sua Corte e todo um aparato administrativo, dando início, pode-se dizer, à história institucional brasileira e à instalação dos primeiros estabelecimentos de caráter cultural no Brasil.

Nesse contexto de mudanças significativas, começaram a surgir associações de naturezas diversas. Vejamos mais detalhadamente algumas modalidades de associações criadas nesse tempo e suas motivações, a fim de entendermos melhor o gosto e a necessidade crescente por associar-se dos letrados do século XIX.

Entre outras instituições, surge a Academia de Belas-Artes no Rio de Janeiro (cf. Debret, 1978), como resultado da Missão Francesa que chegara ao Brasil em 26 de março de 1816. Em fins de 1815, D. João VI incumbiu, sob influência do ministro das Relações

Exteriores, conde da Barca, o embaixador marquês de Marialva, encarregado dos negócios de Portugal na França, de contratar o secretário do Instituto da França, Joaquim Lebreton, e outros hábeis professores de pintura, escultura e arquitetura para criar no Rio de Janeiro uma instituição aos moldes da Academia de Belas-Artes francesa. Foram escolhidos para compor essa missão de fundar aqui uma academia de artes os seguintes homens: J. B. Debret, pintor de paisagens e quadros de gênero; Augusto Taunay, escultor; Grandjean de Montigny, arquiteto; S. Bonrepos, ajudante do escultor Taunay; além do músico Newcon e os dois irmãos Ferrez, escultores, gravadores e peritos em decoração, que se juntaram a esse grupo inicial (cf. Debret, 1978). Assim, em agosto de 1816, o monarca baixa um decreto contratando, inicialmente por seis anos, os profissionais franceses. Entre os objetivos expostos no decreto, estavam: “estabelecer no Brasil uma Escola real de ciências, artes e ofícios, em que se promova, difunda a instrução e conhecimentos indispensáveis aos homens”, pois, na concepção de D. João VI, o estudo das belas-artistas e da estética possibilitaria “aproveitar os produtos cujo valor e preciosidade podem vir a formar do Brasil o mais rico e opulento dos reinos conhecidos” (Debret, 1978, p.132). Entretanto, em razão de alguns transtornos econômicos e políticos, somente dez anos depois do projeto inicial, já no reinado de D. Pedro I, graças à iniciativa do visconde de S. Leopoldo, é instalada a Academia Imperial de Belas-Artes na capital do país.

Os efeitos da Missão Francesa sobre a cultura do Rio de Janeiro foram significativos, especialmente o seu papel na emancipação da inteligência local da predominância artística e intelectual de Portugal, estabelecendo uma ruptura com a cultura desenvolvida na era colonial. De forma geral, pode-se dizer que a Missão promoveu uma importante transformação no gosto do carioca. Araújo Porto Alegre (1806-1879), aluno expoente da Academia, resume que, com a fundação dessa instituição, uma “prodigiosa revolução se verificou nas ideias do povo brasileiro”, pois “os pintores, que não eram até então apreciados, foram admitidos nas sociedades mais brilhantes; gozam agora da estima e da consideração geral” (apud Debret, 1978, p.113).

E, ao descrever o episódio de um pintor com o imperador, em que o primeiro, em um instante de inspiração, deixa cair o pincel no chão e o monarca curva-se para pegá-lo e o entrega ao artista, Porto Alegre (apud Debret, 1978, p.113) celebra: “finalmente as belas artes se introduzem no seio das famílias e raras são hoje aquelas em que o desenho e a música não entrem no programa da educação das crianças”.

Malgrado a exaltação, a Academia enfrentou, nos primeiros anos, muitas dificuldades de ordem econômica,<sup>6</sup> além das intrigas denunciadas por Debret (1978) nos escritos “História da Academia de Belas-Artes”. Segundo o pintor francês, a sua persistência em levar adiante a missão de concretizar a academia tinha por fim provar ao governo que “o gênio brasileiro, preciosamente dotado para o cultivo das belas-artes podia e devia produzir, indiscutivelmente, uma escola capaz de um paralelo vantajoso com as que florescem na Europa” (ibidem, p.127). A situação da Academia Imperial de Belas-Artes tornou-se mais estabilizada durante o reinado de D. Pedro II, sobretudo graças aos auxílios públicos e privados do Imperador. E, apesar dos percalços, essa entidade destacou-se pela formação de nomes que se tornaram referência à vida intelectual do Brasil.

Nesse início do século XIX, igualmente começaram a espalhar-se pelas províncias brasileiras as lojas maçônica,<sup>7</sup> a despeito da intolerância do governo e da intensa perseguição sofrida por seus membros, depois da transferência da Corte para o Brasil. Tiveram espaço em várias províncias, entre as quais: em Pernambuco, onde nas reuniões eram acintosamente proibida a presença de europeus;

---

6 Debret (1978, p.300) relata que o projeto inicial de construção do edifício da Academia de Belas-Artes sofreu modificações em razão da “modicidade dos fundos disponíveis”. Foram suprimidos os aposentos dos professores que dariam um caráter imponente “ao palácio das belas-artes”, mas isso não abalou o arquiteto Grandjean, que improvisou, em apenas um andar, o “templo dedicado às belas-artes”.

7 Vale destacar que, em razão do foco deste estudo e da condição de secretas dessas associações, não serão aprofundadas as questões envolvendo a maçonaria, apesar de muitos membros de sociedades literárias terem participado também das sociedades maçônicas. Sobre maçonaria, ver Azevedo (1996-1997), Barata (2006) e Morel (2001-2002).

na Bahia, criou-se o Grande Oriente ou o Governo Supremo; no Rio de Janeiro, surgiram as lojas Reunião, Constância, Filantropia e Emancipação, além do Grande Oriente do Brasil, que teve José Bonifácio como grão-mestre (Azevedo, 1885, p.274). Essas associações em muito contribuíram para a divulgação de ideias políticas e morais, fundamentais para o processo de independência que viria logo a seguir. Todavia, em carta de lei de 20 de outubro de 1823, foram proibidas sociedades secretas, pois esse tipo de sociedade não participava “ao governo a sua existência e os fins gerais da associação” (ibidem, p.286). Passaram, assim, a ser consideradas “conventículos sediciosos as sociedades que tivessem princípios e fins subversivos da ordem social e do regime constitucional, quer não tivessem feito as participações ao governo, quer as tivessem feito falsas” (ibidem).

Das associações do período joanino, de diversas naturezas, que participavam ao governo sua existência, vale destacar a Sociedade Filantrópica Suíça, criada em 1821. Era uma associação filantrópica fundada por negociantes suíços para auxiliar os colonos compatriotas instalados em Nova Friburgo. A entidade recebeu do governo brasileiro uma fazenda como sede e, de acordo com Moreira de Azevedo (1885, p.278),<sup>8</sup> além das contribuições anuais dos sócios, recebia “anualmente um subsídio do Alto Conselho Federal e do governo de quatro cantões suíços”, acumulando um patrimônio que, em 1885, excedia 48 contos de réis em apólices. Tal instituição, além de prestar serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura nessa região, recolheu e educou alguns meninos órfãos, constituindo a mais antiga associação de beneficência criada no Rio de Janeiro.

---

8 É importante mencionar que o trabalho de Moreira de Azevedo (1885), apesar de datar de mais de um século, é o estudo mais completo até hoje publicado sobre associações fundadas no Brasil. O autor realiza uma espécie de trabalho de síntese das agremiações de diversas áreas – instrução, ciência, indústria e comércio, artes mecânicas, belas-letas, música, belas-artes etc. – surgidas no Brasil desde o século XVIII, destacando a fundação, os financiamentos, alguns representantes, tudo isso sem muito aprofundamento. Todavia, não deixa de ser fonte fundamental para a pesquisa das associações literárias de um modo geral.

Ainda em 1821, Januário da Cunha Barbosa e Joaquim Gonçalves Ledo, os quais, também nesse ano, publicaram o periódico *Revérbero Constitucional Fluminense* (cf. Lustosa, 2000), empenharam-se em criar uma sociedade literária similar à Academia das Ciências de Lisboa. Reunidos os homens de letras comprometidos na empreitada, em 31 de julho, na Livraria d'El-Rei, hoje Biblioteca Nacional, receberam a notícia de que D. Pedro I havia aprovado o estabelecimento da sociedade e concedera os recursos pedidos para a sua fundação. Liberaram-se “a pensão anual de 6.000 cruzados, extraída da loteria da Santa Casa de Misericórdia”, “a transferência para a biblioteca da sociedade das memórias, planos e manuscritos existentes nas secretarias de estado e em outros estabelecimentos públicos”, a “permissão para mandar cunhar na casa da moeda as medalhas de que necessitasse” e “um prédio da imprensa nacional para impressão de obras” (Azevedo, 1885, p.279).

Em 3 de novembro, foram empossados o conde de Palma (presidente), Joaquim Gonçalves Ledo (secretário), Januário da C. Barbosa (vice-secretário), padre Damaso (tesoureiro) e o Dr. Amaro Baptista, o tenente-coronel João da Silva Feijó, Diogo Soares de Bivar e José Silvestre Rebello (censores). A associação recebeu o nome de Academia Fluminense das Ciências e Artes e no seu estatuto ficou estabelecido que

[...] seria seu objeto o estudo das ciências, belas-letas, artes, história do Brasil e sua estatística, teria vinte e cinco sócios efetivos e mais honorários e correspondentes, devendo os trabalhos começar em 26 de fevereiro e findar em 16 de dezembro, em memória do dia que o Brasil foi elevado a reino. (Azevedo, 1885, p.280)

Para Ledo e Barbosa, era preciso, urgentemente, criar “cidadãos beneméritos, que desempenhem a confiança pública da Nação e da Pátria” (“Ata das sessões de criação da Academia Fluminense...”, 1821, p.16). Algumas sessões foram realizadas em novembro do mesmo ano, contudo os ânimos políticos começaram a se agitar às vésperas da Independência, e os idealizadores do projeto – ativos

participantes da vida pública e promotores do “Dia do Fico” – direcionaram seus esforços para esse importante momento da vida nacional, deixando de lado, ao menos durante esse período de eferescência política, as preocupações de caráter cultural. Não foi ainda nesse cenário, portanto, que se viu surgir uma associação de caráter literário, tendo em conta a vida curtíssima dessa entidade, que nem chegou a ser propriamente fundada.

Vida mais longa teve a Sain. A ideia nasceu em 1816, durante o governo de D. João VI, quando Inácio Álvares Pinto de Almeida, o visconde de Alcântara, propôs a criação de uma associação para promover o melhoramento e a prosperidade da indústria nacional (Domingues, 2001, p.85). Na ocasião, a iniciativa foi julgada precipitada, entretanto o autor não desistiu de sua proposta e, em 20 de maio de 1820, publicou um artigo defendendo que “todo aquele que se prezar de ser bom cidadão, e desejar dar testemunho público de quanto se interessa pelo progresso da pátria, não deve perder a bela ocasião de subscrever para auxiliar a indústria nacional” (Azevedo, 1885, p.283). Depois de tal convocação, em 1824, o visconde de Alcântara organizou os estatutos da sociedade, reuniu em sua casa os primeiros associados e dirigiu-se ao monarca para pedir-lhe a proteção. Um ano mais tarde, foram aprovados os estatutos por D. Pedro I, e a sua primeira diretoria foi designada e empossada. Em 28 de fevereiro de 1828, foi celebrada, pelo presidente e fundador visconde de Alcântara, a primeira sessão da pioneira Sain, nascida sob a jurisdição do governo. Inicialmente ligada ao Ministério dos Negócios do Império, essa associação teve como inspiração a francesa *Société D’Encouragement à L’Industrie Nationale* (1801), da qual herdou seu próprio nome, e a portuguesa *Sociedade Promotora da Indústria Nacional* (1822).

A Sain – cuja sucessora hoje é a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro –, orientada pelos ideais de divulgação do progresso e formação da pátria, prestou inúmeros serviços à cidade do Rio de Janeiro e ao país, funcionando como uma espécie de órgão de consultoria do Estado. Era composta por proprietários, representantes da elite agrário-econômica, por profissionais liberais e especializados e por

letrados, militares e religiosos. Apesar de o papel dos proprietários ser relevante, tendo em vista que as atividades da Sain se faziam “pelo desenvolvimento econômico do país”, não eram os homens diretamente ligados à produção econômica que dirigiam a instituição, mas sim o grupo de letrados. Nos cargos de direção da Sain, portanto não aparecia a categoria de proprietários, estes eram ocupados pelos políticos e especialistas em ciências (Domingues, 2001, p.93).

Entre as iniciativas dessa associação, dois feitos, no cenário cultural, merecem especial destaque: 1. o estabelecimento, em 1830, de escolas normais dirigidas gratuitamente pelos sócios efetivos, onde eram oferecidos cursos de geometria e mecânica aplicada às artes, de física e astronomia, de aritmética, álgebra e geometria aplicada às questões de comércio e agricultura e de botânica, aplicada à agricultura (ibidem, p.284); 2. a criação, em 1833, da revista mensal *O Auxiliador da Indústria Nacional*, periódico que procurava divulgar conhecimentos úteis à lavoura e às demais indústrias nacionais e trazia já no seu primeiro volume os objetivos da sociedade: “é para concorrer a estes progressos e para apressar a realização de bens, que só a propagação das luzes pode produzir no Brasil”, que a Sain aqui estabelecida “empreende esta publicação periódica de Memórias e Notícias interessantes a todas as classes periódicas” (p.10).

*O Auxiliador* era distribuído em diversas províncias do Império, e, nas suas páginas, seguindo o padrão dos periódicos da época, publicavam-se diferentes gêneros como cartas, memórias, relatórios e traduções, com temáticas, em geral, voltadas para a agricultura e a indústria (cf. Sodré, 1999, p.126-8). Foram publicados, inclusive, análises sobre a situação do país, a saber:

No vasto, rico e importantíssimo Império do Brasil, que por felicidade nossa habitamos, uma máquina é exótica; não existe uma estrada perfeita; não se navega por um canal; e isto porque ainda não resolvemos associar os poucos meios de cada um para, com o coletivo de todos, obtermos os resultados que os capitais reunidos fazem todos os dias surgir naqueles países onde o espírito de associação comanda a natureza bruta e a força a apresentar nova face polida,

tudo efeito, tudo obra da reunião de indivíduos. (*O Auxiliador da Indústria Nacional*, 1833, p.12)

Como se vê, o discurso presente no periódico da Sain reforçava o valor e a necessidade de associar-se. Além desses importantes feitos, a Sain foi o berço de outras associações relevantes para o desenvolvimento da cultura brasileira, como o Instituto Fluminense de Agricultura, o Museu da Indústria, a Sociedade Estatística do Brasil e o renomado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) – a cuja história dedicaremos mais tempo logo adiante.

Caminhando para a província de Minas Gerais, em 1824, depois da aprovação do estabelecimento de uma Biblioteca Pública na vila de São João Del Rei, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, futuro visconde de Sepetiba, propõem a criação de uma agremiação, que teria por objetivos despertar “o amor das letras com a leitura de periódicos nacionais e estrangeiros e outras obras” (“Projetos d’estatutos para a organização...”, 1899, p.817-8), além de ter por incumbência administrar a biblioteca e a tipografia que havia nessa vila. Seria criado um “Ginásio Literário”, com a finalidade de “aperfeiçoar nossas faculdades pela deliberação, e pelo conflito das Luzes em todos os assuntos dos conhecimentos humanos”, focada em “três grandes objetos – Ciências, Artes e Letras” (ibidem). De acordo com o estatuto, seria “uma escola de perfeição, uma assembleia de ensaios”, de índole “parte científica, parte erudita, parte instrutiva” (ibidem).

A criação da denominada Sociedade Filopolitécnica foi aprovada com mérito pelo monarca Pedro I em 1828, e ficou estabelecido, em seus estatutos, que haveria um gabinete de leitura e uma revista mensal contendo, como pontuou Azevedo (1885, p.287), “os extractos do movimento literário da Europa e do Brasil”. Eis aqui outra tentativa de criação de uma instituição de caráter literário que não chegou a sair dos estatutos.

Retornando à capital do país, em 1829, foi inaugurada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro. O objetivo dessa entidade era reunir médicos para debater assuntos específicos sobre saúde



e doenças, ou seja, instalar na Corte um foro de discussão sobre as ciências médicas e cirúrgicas, bem como ampliar a participação desses profissionais junto ao Governo Imperial em questões referentes à higiene e políticas de saúde pública. O projeto teve boa aceitação – e a inauguração deu-se em abril de 1829, numa sessão solene realizada no Hospital da Ordem Terceira de São Francisco de Paula, que contou com a presença de 17 médicos e do ministro Carneiro de Campos. De início, como destaca Jean B. Debret (1978, p.28), a associação ficou dividida em quatro seções: vacinação, consultas gratuitas, doenças repugnantes e higiene geral da cidade do Rio de Janeiro. Dois dias da semana eram dedicados às consultas gratuitas aos indigentes, sendo doados medicamentos por um farmacêutico, membro honorário da entidade. Além disso, era oferecido um prêmio de cinco mil frs. ao autor de memórias que determinasse, com observações clínicas gerais baseadas em casos particulares e principalmente autópsias, a natureza, as causas e o tratamento de qualquer moléstia endêmica no Brasil (ibidem, p.29).

Na sua constituição, assim como a maioria das associações fundadas no país, a entidade seguiu os moldes das sociedades surgidas na Europa e seus estatutos foram elaborados segundo os regulamentos da Academia de Medicina de Paris, cujo alvo principal eram as questões de saúde pública relativas às inspeções sanitárias em geral. Entre os fundadores da Sociedade de Medicina, estavam profissionais brasileiros formados pela Faculdade de Medicina de Paris, José Martins da Cruz Jobim e Joaquim Cândido Soares de Meirelles, e médicos estrangeiros, os franceses José Francisco Xavier Sigaud e João Maurício Faivre, e o italiano Luís Vicente De Simoni. Depois de cinco anos da sua criação, foi elevada à categoria de Academia Imperial de Medicina. A fundação dessa sociedade e a criação da Faculdade de Medicina, em 1832, e do Hospício Pedro II, em 1841, são marcos importantes do “crescente processo de penetração do saber médico na sociedade carioca”, processo cujos efeitos sobre os hábitos e costumes da população foram enormes (cf. França, 1999, p.72).

Ainda sobre a história das agremiações criadas nos anos do Primeiro Reinado, o período viu surgir a Sociedade Jovial e Instrutiva.

Fundada, em 1829, por Damaso da Fonseca Lima, Elias Afonso Lima, João Carneiro dos Santos e Joaquim Bernardo Leal, essa instituição teve como primeiro objetivo instruir os seus jovens membros, em sua maioria estudantes e funcionários públicos. Para esse propósito de “ensino recíproco dos membros entre si”, foram abertas, então, aulas de latim, francês, lógica e taquigrafia. Tempos depois, o projeto inicial ganhou rumos mais nobres – e, em 12 de maio, o conselho da instituição decidiu tornar públicas suas atividades e abrir aulas de instrução primária para meninos pobres. A partir de 15 de agosto de 1831 a sociedade passou a se chamar Amante da Instrução e, em 1833, fundou, no mesmo edifício no beco da Lapa, uma escola para meninas (Almeida, 2000, p.211-12).

O mecenato de D. Pedro II, iniciado quando o monarca tinha apenas 8 anos, em muito colaborou para o sólido progresso da Amante da Instrução, que ampliou significativamente suas atividades, recebendo, inclusive, o título de Imperial. José da Silva Lisboa (apud Azevedo, 1885, p.291), o visconde de Cairu, político renomado e ativo na defesa do ensino no Brasil, ao visitar essa sociedade, declarou: “fui informado de que alguns jovens tiveram a sublime lembrança de darem instrução à mocidade, de que tanto carece o nosso país. Quis pessoalmente ver para acreditar e estou sumariamente satisfeito”. Foi ela, pois, a primeira agremiação de iniciativa particular a estabelecer aulas de ensino para a mocidade no Brasil, prestando grande serviço à educação da sociedade carioca.

A criação dessas associações ligadas à instrução, à ciência, à indústria, ao comércio, e às belas-artes, as quais almejavam a formação moral e intelectual da sociedade brasileira, fez parte, portanto, de um projeto maior desencadeado depois da chegada de D. João VI ao Brasil. Um projeto, nem sempre consciente, cujos objetivos eram forjar as bases da nação brasileira, visando à formação de um povo com ideias pátrias e à criação de uma cultura e um Estado nacionais.<sup>9</sup>

---

9 Sobre a ideia de um processo civilizador desencadeado com a chegada da Família Real no Brasil, ver, entre outros, Lima (2006), Candido (2007), Mattos (1987), França (1999) e Edmundo (1939-1940).

Esse processo iniciado no período joanino e expandido durante o reinado de D. Pedro I culminou em outras duas datas fundamentais para a vida nacional, o 1822 e, posteriormente, o 1831, quando, então, a incipiente nação brasileira passa a trilhar seus caminhos, favorecendo inclusive, e aqui nosso ponto de interesse, a criação de um ambiente propício para a emergência de sociedades de caráter literário no país, ou seja, um dos instrumentos para forjar a nacionalidade brasileira foi fomentar e abrir espaço para tais associações literárias.

## As associações literárias em cena

Após a abdicação e partida de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, um clima de agitações, revoltas, definições políticas e afirmações patrióticas e nacionalistas tomou conta do país.<sup>10</sup> Ajudam a compor esse clima e ilustram o desejo de criar um senso de coletividade ou um espírito público no Brasil as inúmeras agremiações surgidas nessa época, especialmente de caráter político. No próprio ano de 1831, foram criadas mais de cem sociedades de naturezas diversas, a maior parte das quais, contudo, marcadas pela efemeridade. Moreira de Azevedo (1885, p.294), sobre esse *boom* de sociedades, ressalta que

[...] em 1831 adquiriu o espírito público amplo desenvolvimento, e sirva de prova mais de cem sociedades científicas, políticas e industriais, que então se criaram no Império. Logo após a abdicação de Pedro I desenvolveu-se o espírito de sociabilidade, proclamando a união do povo.

Nesse burburinho, um dos principais grêmios políticos surgidos foi a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional.

---

10 Sobre esse conturbado momento da vida da recém-fundada nação brasileira, ver, entre outros, Mattos (1987), Lyra (2005), Morel (2003), Carvalho (2008) e Marson (1986).

Coube a Antonio Borges da Fonseca – redator do célebre jornal “exaltado” *O Republico*, convertido momentaneamente à moderação, logo após a abdicação (cf. Basile, 2006, p.351) – a iniciativa de promover a sua criação. Na noite de 10 de maio de 1831, Borges da Fonseca recebeu em sua casa os 150 primeiros membros e, assim, foi instalada a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro e realizou-se a primeira sessão. Encabeçada pelo então deputado Evaristo da Veiga, um dos sócios mais atuantes na política, fizeram parte dessa sociedade tanto militares quanto parlamentares e outras autoridades da burocracia imperial.

As ações dessa sociedade foram de grande valia para a vida política e para a ordem do período regencial, ou seja: exerceu decisiva pressão sobre a Assembleia dos Deputados para a criação das Guardas Nacionais; abriu uma subscrição com o intuito de estabelecer na Corte uma moderna casa de correção baseada nos princípios apreçados pelo inglês J. Bentham; fundou o jornal *O Homem e a América*, o qual, segundo Evaristo da Veiga, foi um árduo defensor da liberdade e da legalidade política; e combateu intensamente o tráfico negreiro, lançando, inclusive, por meio desse jornal, um prêmio a quem apresentasse a melhor memória combatendo o tráfico e mostrando à opinião pública os efeitos nocivos da escravidão sobre “os costumes, civilização e liberdade do país” (cf. Basile, 2006, p.352; Azevedo, 1885, p.297). Sua influência nos assuntos políticos chegou a tal ponto que, na expressão dos seus adversários, constituía-se num “Estado dentro do Estado” (Guimarães, 1995, p.481). Moreira de Azevedo (1885, p.298) assim resume a importância dessa instituição para a conturbada fase política que o país atravessava: “Dominou onipotente a situação, governou o Brasil em certo período, pesando sua influência no ministério, no parlamento, e estendendo-se por todos os ângulos do Império”.

Também de caráter político foi a Sociedade Federal Fluminense, fundada em dezembro de 1831, sob a direção de Ezequiel Corrêa dos Santos. Seus objetivos eram derrubar a regência e proclamar um sistema federativo no Brasil. Já em 1832, surgiu a Sociedade Conservadora, cujas reuniões aconteciam na casa do general Antonio

Manoel da Silveira Sampaio com a finalidade política de promover o regresso de D. Pedro I ao Brasil e o restabelecimento dos homens que o serviram nas suas posições oficiais. Chegaram até mesmo a enviar um abaixo-assinado a Portugal rogando o retorno de Pedro ao Brasil; todavia, como é sabido, tal pedido não foi atendido.

Embora tenham tido existência curta e atividade limitada, a importância dessas agremiações políticas – que, vale ressaltar, não se limitaram à capital do Império, estendendo-se por várias províncias – deveu-se sobretudo ao fato de elas terem funcionado, naquele momento decisivo da vida brasileira, como centros aglutinadores da elite local, contribuindo para a organização do nascente Estado nacional. Merece destaque, ainda, o fato de que cada uma dessas associações esteve ligada a uma corrente política, isto é, a Sociedade Defensora à facção dos “liberais moderados” ou “liberais monárquicos”, a Sociedade Federal aos “liberais exaltados”, na sua maioria republicanos e “democratas”, e a Sociedade Conservadora e a Sociedade Militar ao “partido Caramuru” (cf. Wernet, 1978, p.11).

Além das sociedades políticas, o ano de 1831 foi palco do surgimento de sociedades filantrópicas e de ensino. A Sociedade Elementar, por exemplo, almejava auxiliar o desenvolvimento do ensino básico na província do Rio de Janeiro e em todo Império. Funcionando em uma sala do Museu Nacional, a vida dessa associação não foi longa, porém muitas foram as ações por ela desencadeadas: abriu aulas para o estudo dos métodos de ensino, desenvolveu um projeto de reforma para o Seminário de São Joaquim, futuro Colégio Pedro II, e criou cursos para a formação de professores com lugares gratuitos para os menos abastados. Entre os seus membros, estavam José Bonifácio de Andrada e Silva, Antonio Ferreira França, frei Custódio Serrão, Araújo Lima e José da Costa Azevedo (Azevedo, 1885, p.300).

Nesses mesmos moldes de associações do tipo breve estava a maioria das sociedades criadas em 1832, como a Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria, fundada na Bahia por iniciativa do marquês de Abrantes. Essa entidade, almejando promover e sustentar a agricultura, o comércio, a indústria e as artes, distribuía

sementes de plantas, publicava o jornal *Auxiliador da Indústria, Comércio e Agricultura* e chegou a financiar os estudos de um jovem talento na França, oferecendo, como nos conta Azevedo (1885), uma pensão anual de 400 francos. Além da Sociedade do Bem Público, a Sociedade Filomática do Rio de Janeiro, Sociedade Filosófica, a Sociedade do Tatu, surge uma lista incontável de outras agremiações interessadas em promover as áreas mais diversas: instrução, ciência, indústria e comércio, artes mecânicas, música e belas-artes.

Almeida Areias (1848, p.53), orador do Instituto Literário Acadêmico de São Paulo, em 1848, a esse respeito, ressalta que, embora a época atual ainda seja de efervescência política, por todo o Brasil começam a despontar associações literárias e científicas, ou seja, “publicações importantes difundem os conhecimentos por todos os ângulos do Império; por toda a parte nota-se um movimento sensível nos espíritos estudiosos da atualidade”. Nesse momento, segundo Areias (1848, p.53), passaram a surgir “úteis, proveitosas e benéficas instituições”: Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, IHGB, Sociedade Amantes da Instrução, Auxiliadora da Indústria Nacional, que foram “associações de um valor transcendente para o nosso melhoramento intelectual e moral”. Seria, portanto, a crença dos letrados numa espécie de esforço conjunto que levaria ao desenvolvimento do país, um desenvolvimento de diferentes facetas, mas voltado para um bem comum ainda não inteiramente definido como tal e que foi ganhando contornos mais precisos justamente com o paradigma das associações. Ou seja, recorrendo mais uma vez aos escritos de Moreira de Azevedo (1885, p.307), professor de História do Brasil do Colégio Pedro II e primeiro-secretário do IHGB, faz a seguinte declaração:

Prova que entrara o país em fase nova, em época de vitalidade, de energia e esforço, que se inoculava vida nova no organismo político e social, e surgira uma época de liberdade e expansão de pensamentos, a enumeração dessas diversas sociedades políticas, literárias e industriais de 1831 e de 1832. Toda a associação constitui uma força, e organizando-as, manifestava a nação o desejo de entrar em

movimento, aproveitar-se dos seus recursos, ensaiar sua atividade e adquirir outra organização e outra existência.

Essa nova fase, depois da chamada “Revolução de 7 de abril”, quando teve início um movimento empenhado em promover a atualização e o progresso da cultura nacional, marca, ainda, o despertar das agremiações de caráter literário, até então muito tímidas ou quase nulas. Francisco de Sales Torres Homem (1978a, p.106-7), nesse sentido, em 1833, num discurso dirigido ao Instituto Histórico da França, ao abordar a pobreza de instituições culturais no país até aquela data, lamenta: “nenhuma academia, nenhuma instituição literária”.

A literatura nesse tempo, a propósito, começava a ganhar força no Brasil. O esforço inaugural, no sentido de valorização da produção literária brasileira, como ressaltam os estudos críticos e a historiografia sobre o tema (cf. Amora, 1961; Castello, 1999; Candido, 2007; Cesar, 1978), deu-se com Januário da Cunha Barbosa, no *Parnaso brasileiro*, de 1829. Primeira obra antológica produzida no Brasil, o *Parnaso* pode ser visto como uma tentativa de forjar uma tradição literária e, principalmente, apresentar às novas gerações um pouco do gênio brasileiro. Barbosa (1829-1832, p.3) pretendia, como declara, tornar conhecido “o Gênio” de brasileiros, que poderiam servir de modelos ou de estímulos “à nossa briosa mocidade”, que já começava “a trilhar a estrada das Belas-Letras”. José Veríssimo (1981, p.119) destacou, em sua *História da literatura brasileira*, que a poesia brasileira deve ao cômego Januário da Cunha Barbosa “um inestimável serviço, a compilação e publicação do *Parnaso Brasileiro*, com que salvou de total perda grande número de produções dos nossos poetas da época colonial”.

Monte Alverne foi igualmente de suma importância para lançar as bases dessa nova cultura que estava se iniciando. A influência desse pregador da real capela deu-se especialmente na formação filosófica de muitos dos jovens que mais tarde iriam tomar as rédeas do romantismo brasileiro. Monte Alverne, profundamente influenciado pelo ecletismo de Victor Cousin – que concebia o conhecimento

como um exercício a ser dado de forma aberta, flexível, propiciando uma conciliação entre as diversas doutrinas e uma tolerância em relação às diferenças –, lançou temas caros ao nosso romantismo, como a ideia de que as letras estavam a serviço da pátria, da religião e do *eu*, confiando, desse modo, às nascentes belas-letras uma função civilizadora e patriótica.

Entre os jovens alunos de Monte Alverne que estiveram na cabeceira do movimento romântico no Brasil, merece destaque especial Domingos J. Gonçalves de Magalhães (1811-1882), que liderou o grupo divulgador de nossas letras em Paris – grupo representado também por Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879), Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), João Manuel Pereira da Silva (1817-1898) e Cândido de Azeredo Coutinho (?-1878). Esse “patriarca da independência romântica do Brasil”<sup>11</sup> foi, como muito já se disse, um dos primeiros a analisar as belas-letras e a advogar a necessidade de uma literatura nacional.

Esses homens de letras fizeram florescer, então, as reflexões sobre a questão da nacionalidade na literatura brasileira no momento em que esse sentimento nacional estava se constituindo politicamente e buscando afirmação.<sup>12</sup> Lançaram, pois, a literatura como um veículo de ideias para afirmar e alimentar valores. Manuel Antônio de Almeida, em um artigo sobre a obra de Francisco Pinheiro Guimarães, declara a esse propósito que a literatura do seu tempo era “filha da política”. Para esses letrados, se o Brasil era uma nação, como efetivamente manifestara pela Proclamação da Independência, deveria possuir também um espírito próprio manifesto na criação literária e deveria dar lugar a uma nova sensibilidade, que afirmasse na literatura as peculiaridades nacionais. Em linhas gerais,

11 Designação utilizada por Castello (1999, p.161) para caracterizar Gonçalves de Magalhães.

12 Antonio Candido (2007, p.312), a esse respeito, em seu estudo sistêmico sobre a formação da literatura brasileira, declara que o romantismo no Brasil foi um “episódio do grande processo de tomada de consciência nacional, constituindo um aspecto do movimento de independência. Afirmar a autonomia no setor literário significava cortar mais um liame com a mãe Pátria”.



a literatura deveria ser um fenômeno histórico que exprimisse o espírito nacional, ou seja, a originalidade e o caráter da literatura somente poderiam ser buscados no curso da própria história (cf. Candido, 2007; Castello, 1999; Süssekind, 1990, 1994).

Nesse afã, uma das formas mais eficientes de promoção das letras, afirmação do letrado e exploração do seu potencial político-social se mostrou a formação de associações. A partir de então, apesar de um início ainda modesto, as associações de cunho literário começam a despontar no país. Entre os pontos de propagação desse movimento, cujo alcance se deu de norte a sul do Brasil,<sup>13</sup> serão aqui destacados dois polos que estiveram na dianteira de tal movimento, podendo ser considerados modelos e estímulos para as associações literárias que vieram depois. São eles a cidade de São Paulo, onde surgiu um movimento peculiar desse tipo de sociabilização dos letrados, e a capital do país, principal centro cultural do Brasil.

Vejamos, então, tendo em vista os diminutos estudos sobre sociedades literárias brasileiras, uma breve apresentação das principais associações literárias surgidas em São Paulo e no Rio de Janeiro no século XIX.

## As associações literárias estudantis de São Paulo

Em junho de 1833, vem a lume, na tímida capital da província de São Paulo, a *Revista da Sociedade Filomática* proclamando: “Associação! Tal é o destino da Humanidade. Tal a convicção universal, espontânea e instintiva do gênero humano” (Campos et al., 1977, p.3). Primeira contribuição da Academia de Direito de São Paulo

---

13 Reunir em associações, pois, havia se tornado uma preferência no Brasil da época, especialmente a partir de meados da década de 1840, quando começam a despontar agremiações literária, entre outras, no Rio de Janeiro, com a Sociedade Literária, de 1833, na Bahia, com o Instituto Literário, de 1845, e em Pernambuco, com Sociedade Fileidêmica Olindense, de 1846 e, na década seguinte, em São Paulo, com um *boom* de sociedades criadas pelos jovens acadêmicos da Faculdade de Direito.

para a atividade literária no Brasil, a Sociedade Filomática surgiu da reunião, em 1832, de alguns estudantes e professores dessa instituição. As sociedades filomáticas, pois, estavam, por volta dos anos 1830, em moda na Europa. Essas eram entidades, como o próprio nome indicava, “amigas do aprender” e, como tais, segundo o estudioso do romantismo e organizador da reedição da revista dessa instituição Antonio Soares Amora (1967, p.82), estavam empenhadas em proporcionar, “a sócios e aos que estivessem sob sua ação, a oportunidade de se porem a par do estado atual de todos os conhecimentos, particularmente os chamados conhecimentos úteis”.

A Sociedade Filomática, desse modo, pode ser vista como o primeiro esforço em conjunto de valorização da literatura brasileira. Couto de Magalhães (apud Castello, 1999, p.229), em 1850, por exemplo, declara que a Filomática teve como consequência “desenvolver o entusiasmo pela glória literária, pôr em relevo alguns talentos verdadeiros, e preparar para a vida da imprensa essa primeira mocidade”. Magalhães, contemporâneo desse movimento, buscou divulgar com grande vitalidade as agitações ocorridas na Faculdade de Direito de São Paulo, as quais, durante muito tempo, ficaram esquecidas ou tiveram repercussão somente entre os estudantes dessa Academia de Direito. Todavia, guardadas as devidas proporções, essa academia pioneira e o lançamento em Paris da *Nitheroy – Revista Brasiliense* (1836) foram os primeiros empreendimentos no sentido da formação de uma consciência crítica que deveria orientar os escritores e os destinos literários do Brasil. Além disso, a Sociedade Filomática, apesar da sua curta duração, menos de um ano, ajudou a criar um padrão de divulgação da literatura e de organização dos homens de letras daquele tempo, servindo, inclusive, de modelo e estímulo para as associações literárias paulistanas que vieram depois.

A São Paulo desses tempos de fundação da Academia de Direito<sup>14</sup> e da Sociedade Filomática, a propósito, apesar de ter alcançado o

---

14 Em 1827, D. Pedro I, pela Lei Imperial de 11 de agosto, decretava a criação de dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais no Brasil, uma na cidade de São Paulo e outra na de Olinda, e, assim, na tarde de 1º de março de 1828, estava inaugurada, no Convento São Francisco, a Academia de Direito de São Paulo. O

título de Imperial, em 1823, era ainda uma cidade colonial, com a maior parte das ruas sem iluminação e sem calçamento, com casas de taipa, uma vida social e cultural praticamente inexistente e uma sociedade majoritariamente analfabeta. O memorialista Spencer Vampré (1924, p.67-71) conta-nos que São Paulo ainda mantinha o ritmo dos tempos coloniais: a vida social só se dava nas igrejas; as damas da melhor sociedade só vestiam preto, mantinham o rosto coberto nas ruas e, em casa, observavam a rua através das gelosias das janelas; poucas vezes chegavam ali estrangeiros; a iluminação públicas só existia em alguns pontos, com “lâmpioes de azeite, sujos e mal distribuídos”; os habitantes recolhiam-se cedo, e, “ao voltar de festas noturnas, traziam consigo lanternas”; e não havia hotéis, nem restaurantes, apenas, para os tropeiros, as pousadas. Se comparada à capital do país dessa mesma década de 30 do Oitocentos, a situação da pequena capital de São Paulo mostrava-se mais desoladora.

Tão poucas, por exemplo, eram as construções que alguns estudantes, chegados de outras províncias para estudar na capital paulista, tiveram que ir morar nas celas do convento franciscano, como é possível notar na carta do primeiro diretor da Academia, José Arouche de Toledo Rendon (1756-1834) (apud Martins; Barbuy, 1998, p.30), ao ministro do Império:

É porque a falta de casas se aumenta, já se acham seis estudantes em celas do dito convento [...] e todos pela razão de não acharem casas para alugar, o que era natural acontecesse em cidade pequena, não sendo possível edificarem-se com tanta brevidade e falta de oficiais.

Esses mesmos estudantes que vieram a se instalar na capital paulistana, contudo, começaram, aos poucos, a imprimir um outro perfil

---

termo “academia” foi formalmente utilizado nos estatutos dos cursos de Ciências jurídicas e Sociais do Império, aprovados por decreto de 7 de novembro de 1831, e o termo “faculdade”, somente a partir da aprovação dos estatutos para as faculdades de Direito do Império, pelo decreto de 28 de abril de 1854 (cf. Venâncio Filho, 2004).

para a cidade, sem se esquecer, é claro, do papel que o café teve para a consolidação e o desenvolvimento econômico da região, a partir de meados desse século. A nova dinâmica, aos poucos, traduziu-se numa configuração diferente para a cidade, alterando a estrutura, os costumes tradicionais e fazendo surgir os hotéis, as casas de diversão, o teatro, além das atividades intelectuais. Já em meados do século XIX, era possível perceber uma certa intensificação nas atividades urbanas e na ocupação residencial e comercial da cidade,<sup>15</sup> apesar de o melancólico Álvares de Azevedo (2000, p.493) declarar, na década de 1860, que, em São Paulo, “não há passeios que entretenham, nem bailes, nem sociedade”.

Sobre o lugar que os estudantes e a Faculdade de Direito vieram a ocupar em São Paulo, Augusto Emilio Zaluar (1862) relembra que a cidade era “triste, monótona e quase desanimada” e, quando os estudantes dessa instituição iam para as férias, esses adjetivos tornavam-se ainda mais perceptíveis. De acordo com Zaluar (1862, p.194-5), “a mocidade acadêmica imprime à povoação, durante a sua residência nela, uma espécie de vida fictícia”, ou seja,

---

15 Sobre as mudanças urbanas ocorridas em São Paulo, o historiador Ernani Silva Bruno (1953, p.504) resume que foi “a partir de meados do século dezenove que a rua e o largo paulista se beneficiaram de uma porção de medidas mais amplas, do seu poder municipal, valorizando-se consideravelmente. Proibiu-se que as casas tivessem canos que despejassem sujeiras para as vias públicas, ou rótulas de portas e janelas que se abrissem para fora. Que houvesse moirões em certos largos ou ruas, onde se amarravam cavalos. Que certos artífices trabalhassem ao ar livre, atravancando os passeios. Determinou-se que os muros fossem caiados e tivessem cobertura de telhas. Criou-se um serviço de limpeza contando com carroças que recolhessem o lixo das casas pobres. Começaram a ser tomadas medidas, na Câmara, para que tivessem melhor traçado e melhor nivelamento os pequenos largos que vinham dos tempos coloniais. Para que se macadamizassem algumas ruas centrais, substituindo-se a antiga pavimentação feita de grandes pedras irregulares. Para que se arborizassem alguns largos e algumas ruas. E para que se iluminassem algumas ruas, ainda que pobremente, por meio de lampiões de azeite. Tudo isso contribuiu para que a rua paulistana – prestigiada também nessa época pela presença bastante viva dos estudantes de muitas partes do país – fosse ganhando feição menos primitiva que aquela que pudera exibir até o começo do século dezenove”.

[...] a antiga cidade dos jesuítas deve ser considerada, pois, debaixo de dois pontos de vista diversos. A capital da província e a faculdade de direito, o burguês e o estudante, a sombra e a luz, o *estacionarismo* e a ação, a desconfiança de uns e a expansão muitas vezes libertina de outros, e, para concluir, uma certa monotonia da rotina personificada na população permanente, e as audaciosas tentativas do progresso encarnadas na população transitória e flutuante.

Pelo que se apreende das palavras de Zaluar (1862), a Faculdade de Direito do Largo São Francisco teve papel significativo para a transformação da capital paulista, moldando um outro rosto para essa cidade. Assim, criou-se, em São Paulo, tomando a definição do historiador Ernani Silva Bruno (1953), um “burgo de estudantes”.<sup>16</sup> Todavia, é importante mencionar que parte das queixas e reclamações sobre as condições de vida e de produção nessa acanhada capital de província ajudou a compor o repertório de promoção e afirmação dos acadêmicos paulistanos, pois a necessidade de apontar as dificuldades tornava a empreitada mais heroica.

E, somente 14 anos depois do surgimento da Sociedade Filomática, uma outra sociedade literária entra em cena na capital paulista. A demora para o aparecimento de agremiações talvez esteja relacionada, não olvidando o efervescente período político pelo qual o país estava passando,<sup>17</sup> ao declínio das matrículas na Faculdade de Direito. De acordo com Spencer Vampré (1924, p.303), o quinquênio de 1836 a 1840 “assinala uma quadra de esmorecimento na existência da Academia. O número de matrículas chegou a baixar

---

16 Ernani Silva Bruno (1953) ressalta que a instalação da Academia de Direito representa um marco cronológico na história da cidade, contribuindo não apenas para o surgimento de novas atividades urbanas, as quais mudaram sensivelmente a estrutura socioeconômica da cidade, mas também para uma “transformação psicossocial”.

17 Sobre esse agitado momento da política brasileira que envolve os anos regenciais, ver Mattos (1987), Lyra (2005), Morel (2003), Carvalho (2008) e Marson (1986).

de tal ponto, que mal atingia a sessenta a soma dos estudantes nos cinco anos”.<sup>18</sup> Passado esse período, outra associação que disponha era o Instituto Literário Acadêmico, fundado em 26 de julho de 1846. Tal associação teve seus primeiros trabalhos centrados nos escritos jurídicos e só depois se dedicou às letras, ou melhor, passou por períodos de dificuldades no início e foi desses períodos de crise, segundo seus membros, que se viu surgir “esse belo pensamento que deu amplitude aos vossos trabalhos estendendo-os da discussão de pontos jurídicos à discussão de questões literárias” (“Discurso recitado pelo presidente...”, 1848, p.2).

Essa associação teve duração relativamente longa, se comparada à Sociedade Filomática, publicando seu jornal, *Ensaio Literários. Jornal de uma Associação de Acadêmicos*, até 1851. Em um dos últimos números de seu jornal, de 9 de maio de 1850, J. d’Almeida Pereira Filho, em discurso lido na inauguração de uma nova agremiação, ressalta que as iniciativas de associação vinham produzindo grandes resultados e um deles tinha sido a fundação da Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano: “filha de um pensamento meditado e de sagradas aspirações [...] tem todas as condições, que prognosticam um porvir de esperanças lisonjeiras. [...] É mais um esforço pelo progresso, mais uma página sagrada às letras” (p.19-20).

A Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano, desse modo, fundada em 3 de maio de 1850, vinha inaugurar um novo cenário na Academia de Direito de São Paulo, pois, se nas décadas de 1830 e 1840 temos notícias somente dessas duas associações destacadas, no decênio de 1850, contudo, começaram a proliferar agremiações em São Paulo com notável vitalidade. Além dessa última destacada, surgiram o Ateneu Paulistano (1852) – o qual, ao longo dos anos, tornou-se a sociedade literária de maior prestígio no meio estudantil

---

18 Martins e Barbuy (1998, p.30) igualmente destacam que, “entre os anos de 1837 e 1843, registrou-se uma queda sensível no número de matriculados. Com 274 alunos inscritos em 1832 (maior quantidade daquele período), chegou a apenas 53 em 1840, não ultrapassando os 94 entre os anos citados, o que foi atribuído pelo viajante Kidder ao caráter antiquado do ensino que se ministrava então na Academia”.

de São Paulo, acolhendo os acadêmicos mais brilhantes do tempo, como Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e Castro Alves –, a Arcádia Paulistana (1857), Associação Culto à Ciência (1857), Instituto Acadêmico Paulistano (1858), Sociedade Acadêmica Brasília (1859), Associação Recreio Instrutivo (1859), Associação Club Científico (1859), Associação Amor à Ciência (1860), Associação Tributo às Letras (1863), Club Acadêmico (1863), entre outros grêmios literários estudantis.

Em São Paulo, como se vê, despontaram muitas associações literárias, e seus sócios reuniam-se para debater os mais diversos assuntos de filosofia, literatura, história e até metafísica. Todas essas agremiações literárias tiveram origem nos meios acadêmicos e nenhuma delas deixou de editar sua revista. A publicação de periódicos, como veremos no terceiro capítulo, foi peça fundamental na promoção da cultura escrita paulista, pois, nas páginas desses periódicos, foram publicados importantes textos literários. Além disso, essas sociedades, ao gerarem seus próprios jornais e revistas, desenvolveram a imprensa e fizeram com que esta fosse o maior campo de atuação dos jovens acadêmicos da Faculdade de Direito.

Certezas sobre se essas foram as principais agremiações surgidas em São Paulo até a década de 1870 não se tem, todavia essas foram as mais citadas pela historiografia e algumas das que possuem, ainda hoje, documentação conservada. Coleções completas dos periódicos, no entanto, são raríssimas, pois parte da produção dessas associações ficou perdida na história, e de algumas, inclusive, não se encontra atualmente sequer um exemplar. A *Revista da Sociedade Filomática*, por exemplo, por muito tempo ficou esquecida. Afonso A. de Freitas (1915, p.63) ressalta não saber quanto tempo viveu essa revista, ou seja, nas suas próprias palavras, “dela conhecemos somente as edições correspondentes aos primeiro e segundo números publicados a 14 de junho e em julho de 1833”. Do mesmo modo, estudos da década de 60 do século XX, como *Textos que interessam à história do romantismo*, de José Aderaldo Castello (1963), ou *O romantismo*, de Soares Amora (1967), não tiveram acesso aos seis volumes lançados da *Revista da Sociedade*

*Filomática*, os quais só foram resgatados e publicados, em edição fac-similar, em 1977.

Pessanha Póvoa (1964, p.111), da Sociedade Ensaio Filosófico Paulistano, resumiu, certa vez, o papel dessas associações da seguinte maneira: “das academias, onde o vício ainda não tem manchado o coração, onde a intriga e a perfídia não têm com presteza ensaiado seus dramas, é que a verdade deve ir inconcussa guiar a multidão incauta e ignorante”. Para ele, era das associações que deveriam “sair aptidões para dirigirem o destino das sociedades” (ibidem). Almeida Areias (1848, p.53), com as mesmas concepções, tempos antes, em um discurso proferido em comemoração ao 30º aniversário da Faculdade de Direito, anunciava: “as instituições são a pedra de toque da civilização de um povo – as científicas e literárias num país livre são os documentos irrefragáveis da sua ilustração”.

As sociedades literárias paulistanas surgidas no século XIX, juntamente com os seus periódicos, foram, pode-se dizer, centros de propagação da literatura e de uma consciência crítica que deveria orientar a nossa criação literária, especialmente no sentido de definir a sua nacionalidade. Além de instruírem os jovens escritores, esses grêmios ainda possibilitaram a conquista de espaço pela mocidade que estava despontando, pois cada sociedade tinha a sua voz na imprensa. Todavia, uma análise mais detida dos escritos dessas associações literárias será feita nos próximos capítulos deste estudo, quando então mapearemos o que foi publicado nesses periódicos e exploraremos o papel dessas agremiações na formação do escritor brasileiro. Passemos, agora, às associações literárias do Rio de Janeiro ou às tentativas malogradas de associações até a realização da empreitada maior dos letrados gregários, a Academia Brasileira de Letras (ABL).

## **As associações literárias da capital do país**

Em 18 de agosto de 1838, na sessão do conselho administrativo da Sain, o primeiro-secretário, marechal Raimundo José da Cunha



Mattos, leu uma proposta, assinada por ele e também pelo secretário adjunto, o cônego Januário da Cunha Barbosa, pedindo a aprovação da assembleia geral para a criação de um IHGB. Justificavam o empreendimento da seguinte maneira:

[...] sendo inegável que as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza de seus alicerces, [...] é evidente que em uma monarquia constitucional [...] são as letras de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente aquelas que, versando sobre a história e geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os brasileiros. Por isso, os abaixo assinados, membros do conselho administrativo da *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, conhecendo a falta de um Instituto Histórico e Geográfico nesta Corte, que principalmente se ocupe em centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias, e que podem servir à história e geografia do Império, [...] desejam e pedem sua pronta instalação. (Mattos; Barbosa, 1908, p.5-6)

Três dias depois, em 21 de agosto de 1838, tendo como modelo o Institut Historique de Paris (1834), estava fundado o IHGB, sob a proteção da Sain. A agremiação, a princípio, funcionou no salão onde a Sain costumava fazer suas sessões e lá foram aprovados os estatutos e estabelecida a primeira diretoria. Foram eleitos: presidente, o senador José Feliciano Fernandes Pinheiro – visconde de São Leopoldo –; vice-presidentes o marechal Cunha Mattos e o conselheiro Araújo Vianna, que também passariam a ocupar os cargos de diretor da sessão de geografia e diretor da sessão de história, respectivamente; primeiro-secretário o cônego Januário da Cunha Barbosa; segundo-secretário o Dr. Emílio Joaquim da Silva Maia; orador oficial o major Pedro de Alcântara Bellegarde; e tesoureiro o Dr. José Lino de Moura (cf. Mattos; Barbosa, 1908, p.8). Entre os fins e os objetivos da instituição, estabelecidos pelo capítulo 1º do estatuto de 1838, estavam: “coligir, metodizar, publicar ou arquivar

os documentos necessários para a História e a Geografia do Império do Brasil”; “promover os conhecimentos destes dois ramos filológicos por meio do ensino público”; “sustentar correspondência com sociedades estrangeiras de igual natureza”; ramificar-se “nas províncias do Império para mais fácil desempenho dos fins que se propõe”; e publicar “de três em três meses um folheto [...]” (“Extractos dos estatutos...”, 1839, p.18), que seria a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB), lançada a partir de 1839.

Assim sendo, o secretário adjunto Januário da Cunha Barbosa (1839, p.9), que não obtivera êxito na tentativa de criação de uma academia de ciências e artes em 1821, comemorava, em discurso, a nova e bem-sucedida empreitada:

Não se compadecia já com o gênio brasileiro, sempre zeloso da glória da pátria, deixar por mais tempo em esquecimento os fatos notáveis da sua história, acontecidos em diversos pontos do Império, sem dúvida ainda não bem designados. Eis o motivo, Senhores, porque dois membros do conselho da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e também sócios do Instituto Histórico de Paris, participando dos generosos sentimentos dos nosso literatos, se animaram a propor a fundação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que sob os auspícios de tão útil quanto respeitável sociedade curasse de reunir e organizar os elementos para a história e geografia do Brasil [...]. Esta proposta, vós o sabeis, Senhores, foi coroada do mais feliz sucesso e de uma geral aprovação como se esperava do patriotismo e amor das letras que animam os beneméritos membros da Sociedade Auxiliadora.

O IHGB iniciou seus trabalhos com 27 personalidades, tendo apenas um professor como sócio: o médico Joaquim Caetano da Silva (1810-1873), que lecionava no Colégio Pedro II. A grande maioria dos fundadores da associação era constituída por políticos, cujas biografias, muitas vezes, se confundiam com a própria trajetória do Estado imperial.

Na primeira sessão da recém-criada associação, em 1º de dezembro de 1838, Januário da Cunha Barbosa apresenta a proposta de indicar o jovem imperador D. Pedro II como protetor do IHGB. Feito o convite, o monarca não hesitou em aceitá-lo, tornando-se, a partir de então, um eufórico incentivador das atividades da casa.<sup>19</sup> Logo em seguida, foi publicada a primeira edição da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (RIHGB) e a capa já trazia os seguintes dizeres: “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, fundado no Rio de Janeiro, debaixo da proteção de S. M. I. o senhor D. Pedro II”.

Desde o início, o Estado teve um papel significativo na instituição, financiando cerca de 75% das verbas do IHGB, e, com o passar do tempo, as relações de D. Pedro II com a instituição foram ficando cada vez mais estreitas. Em 1849, a associação ganha uma nova casa cedida pelo monarca no terceiro andar do Paço, ao lado da Capela Imperial, e D. Pedro II passa a frequentar com assiduidade as reuniões da associação, presidindo mais de 500 sessões. Havia, no entanto, a preocupação de seus membros em não definir a instituição como oficial, mas fundamentalmente como uma instituição científico-cultural, ou seja, o epíteto de “oficial” era compreendido como uma contradição em relação às suas motivações de erguer um órgão neutro politicamente e exclusivamente dedicado ao seu caráter científico (cf. Guimarães, 1988). Todavia, a ajuda do monarca sempre foi solicitada e bem recebida.

O IHGB, nesse tempo, afirmou-se como um centro de estudos bastante ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre a intelectualidade e os meios oficiais, tornando-se inclusive uma espécie de porto seguro para os homens de letras (Schwarcz, 1998, p.127). Essa instituição pode ser vista como um marco na concepção de um novo tipo de agremiação no Brasil, sendo o empreendimento cultural mais bem-sucedido do Império brasileiro, por sua organização, pelo papel de

---

19 Sobre o papel de D. Pedro II como mecenas da cultura nacional, ver Schwarcz (1998), Guimarães (1995) e Guimarães (1988).

sua revista e, ainda, por sua permanência ao longo do tempo.<sup>20</sup> Os escritos da década de 1860, pois, já resumiam o IHGB da seguinte maneira: “à frente de todas as associações literárias, prosseguiu em sua marcha civilizadora; à sombra do septo imperial, cresce e prospera esta mimosa planta transmigrada para os jardins da América” (*Revista Popular*, 1859, p.430).

Sobre ser o IHGB uma instituição com aspirações também literárias, é importante destacar que, malgrado em menores proporções, as questões literárias sempre foram discutidas ao lado dos temas históricos e científicos. Muitas informações preciosas sobre figuras da literatura brasileira desde os tempos coloniais encontram-se nos volumes da sua revista e literatos de talento fizeram parte de tal agremiação. A RIHGB, desse modo, foi fonte relevante da história da literatura nacional oitocentista e teve papel sobremodo importante no desenvolvimento da nossa literatura. José Veríssimo (1977, p.47), por exemplo, afirmou que o IHGB “foi um bom elemento de produção literária no momento da sua fundação e ainda por anos depois”.

Durante o Império, o IHGB promoveu duas tentativas de criação de uma Academia de Literatura como parte integrante dessa instituição. A primeira data de 1847, quando na 168ª sessão foi submetida uma proposta de fundação, sob os seus auspícios, de uma sociedade que se ocupasse “especialmente das Belas-Letras, dividida em três seções: a primeira de literatura propriamente dita, subdividida em prosa e poesia; a segunda de linguística; a terceira de arte dramática”. Depois de longa discussão sobre essa proposta, resolveu o IHGB ouvir o parecer de uma comissão especial composta por Joaquim Caetano da Silva e Francisco de Salles Torres Homem, frei Rodrigo de S. José, Manoel de Araújo Porto Alegre e Francisco

---

20 Uma historiografia inteira de peso já destacou o papel do IHGB. Desde os primeiros como o trabalho do secretário-geral Max Fleiuss, “A história do instituto através de sua revista”, passando pelo estudo de Manoel Luís Salgado Guimarães (1988), “Nação e civilização nos trópicos”, até a tese de Lucia Paschoal Guimarães (1995) publicada na revista do IHGB, “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial”, todos destacaram a importância dessa instituição para preservação da memória e a construção da história do Brasil.

Manoel Raposo de Almeida (“168ª Sessão em 10 de junho de 1847”, 1896, p.278-9). Doze dias depois, em 22 de junho, na 170ª sessão, leu-se o seguinte parecer dessa comissão encarregada da análise:

Muito vantajoso parece à comissão fundar-se desde já proposta sociedade; e muito honroso para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro erguer-se sob seus auspícios criação tão importante, assim como ele foi criado sob os da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: gloriosa sucessão de patrióticos empenhos.

E não só aprova a comissão a parte essencial da proposta, mas também a indicada divisão nas três seções de literatura propriamente dita, linguística e arte dramática.

Unicamente a respeito do título, que é na proposta o de Instituto literário, mais próprio pareceria à comissão o de Academia de literatura brasileira. (“170ª sessão em 22 de junho de 1847”, 1847, p.291)

A julgar pela sentença da comissão sobre a pertinência de tal academia, parecia que o projeto seria colocado em prática rapidamente. Os analistas chegaram até a afirmar no fim da sessão: “fazendo-lhes ciente que o Instituto empregará todos os seus esforços em prol da útil empresa literária que se vai encetar sob seus auspícios, augurando-lhe desde já brilhante porvir, visto ser movida unicamente pelo amor das letras e da pátria” (“170ª Sessão em 22 de junho de 1847”, 1847, p.291-2). Todavia, não passou de uma proposta.

Na sessão de 24 de maio de 1878, 30 anos depois, o segundo-secretário leu uma outra proposta:

[...] sendo necessário que se vá organizando o mundo científico e literário brasileiro, para que haja auxílio recíproco em seus trabalhos, proponho que este Instituto Histórico nomeie uma comissão, que será encarregada de organizar e instalar uma associação literária, que será denominada *Academia das Letras Brasileiras*. (Figueiredo, 1878, p.385)

Assim como a primeira, entretanto, essa ideia de criação de uma instituição literária como parte integrante do IHGB não teve muito sucesso e acabou por se tornar somente uma cogitação.

O crítico literário Brito Broca (1991), a esse respeito, chegou a mencionar a possibilidade de não ter surgido uma academia literária durante o Império em razão de o IHGB suprir as necessidades dos letrados. Segundo Broca (1991, p.71), “uma sociedade puramente literária amparada pelo Imperador tornava-se, porém, mais difícil, pois teria, por natureza, uma feição mais atuante que o Instituto”, ou seja, o IHGB iria perder grande parte de seus sócios, tendo em vista a quantidade de literatos nos seus quadros. Desse modo, uma academia de letras aos moldes do IHGB no Brasil daquele tempo não teria espaço em razão do número insuficiente de intelectuais para compor os quadros de duas instituições.

Anos antes do IHGB e com menores ambições, surge no Rio de Janeiro a Sociedade Literária. Apesar da pouca informação, sabe-se que esse grêmio foi criado em 1º de fevereiro de 1833 e tinha como objetivo publicar vários tipos de obras, desde livros de instrução e de recreio até composições novas, traduções e mesmo reimpressões; contudo, eram vetadas as publicações de escritos que tratassem de assuntos políticos e fossem despidos de moral. Seus estatutos foram formulados por Antônio do Carmo Pinto de Figueiredo, Antônio Luiz Fagundes e Narciso José de Souza Lameira. Essa associação teve existência razoavelmente longa e, dez anos depois de sua fundação, em 16 de agosto de 1843, recebeu a proteção do monarca Pedro II e passou a vincular o retrato do imperador às suas publicações.

Não foram poucas, a propósito, as tentativas de criação na capital do Império de associações literárias de caráter nacional. No dia 4 de dezembro de 1859, na sala da Sociedade Propagadora das Belas-Artes, alguns moços do comércio, “sequiosos de instrução e luzes”, reuniram-se a convite de três colegas seus para criar a Sociedade Brasileira Ensaio Literários. Tendo à frente Feliciano Teixeira Leitão, José Antônio de Almeida e Cunha e João Sílvio de Moura, esses homens almejavam atender à necessidade que a “classe caixeiral brasileira” sentia “de uma associação onde pudesse nas horas

vagas instruir-se e desenvolver o seu espírito” (*Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*, n.2, 1865). Em sessão magna, em 31 de dezembro de 1873, comemorativa do 14<sup>a</sup> aniversário da inauguração da sociedade, o então presidente Jerônimo Simões (1831-1917) (1874, p.39) profere tal discurso:

Possuído de grande e nobre sentimento de estima e culto pelas letras; convencido de sua elevada missão no seio da humanidade; certo de quanto valem as inteligências esclarecidas pela instrução; desejando e amando o engrandecimento da literatura no Brasil como todos os progressos da civilização; um punhado de mancebos de profissões diferentes, [...] tirando ao repouso os momentos que lhe restam de seu quotidiano trabalho, dispôs-se a aprender e ensinar, lendo, escrevendo, meditando e questionando, na biblioteca, na tribuna e na imprensa.

Estudos posteriores sobre essa associação defendem, nesse sentido, que o verdadeiro objetivo da “classe caixeiral brasileira” era firmar-se intelectualmente perante a “classe caixeiral portuguesa”, que só aceitava os patrícios, defendendo uma posição político-nacionalista que admitia somente, assim como seu rival, a naturalidade brasileira.<sup>21</sup>

Se era afirmação perante os portugueses ou se era necessidade de instrução pouco importa, antes interessa dizer que a *Ensaios Literários* destacou-se pela sua ação ante os jovens do comércio e pela sua revista, intitulada *Revista Mensal da Sociedade Ensaios Literários*. No primeiro volume da revista, de junho de 1863, seus membros já afirmavam:

O periódico é o boletim de cada dia em que se escrevem as pulsações do coração da sociedade; é o estudo das instituições, dos costumes, das crenças, das luzes de cada hora na vida social,

---

21 Sobre tais motivações que levaram ao surgimento da Sociedade Brasileira Ensaios Literários, ver Martins 1977, v.3, p.185).

considerada em todas as suas fases; ele afasta todas as decadências, alenta todos os sãos princípios, e prepara, fecunda, dirige e coroa as revoluções do mundo. (“Introdução”, 1863, p.4)

Com esses desígnios, foram lançados ricos trabalhos sobre poesia, literatura e crítica literária, os quais serão mais bem explorados nos próximos capítulos. O grupo da Ensaio Literários, portanto, batalhava por um espaço no meio literário; eram, pois, “moços de talento” lutando por um lugar no disputado e rarefeito palco das letras.

A Imperial Sociedade Amante da Instrução, já mencionada, no quinto aniversário da Sociedade Brasileira Ensaio Literários, proclamava, na voz de seu orador Antônio Álvares Pereira Coruja (1865, p.375), que esses dois grêmios eram “elos da grande cadeia científica e literária que eleva o homem moral ao templo da Glória”, ou seja, “se nós, senhores, ensinamos a infância a dar os primeiros passos no caminho das letras, vós procurais desenvolver a inteligência”. A relação entre reunir-se e ilustrar-se, desse modo, fica cada vez mais patente no discurso desses letrados. A duração dessa sociedade foi relativamente longa, editando sua revista até 1874, porém, se comparada à Imperial Sociedade Amante da Instrução, que permanece até os nossos dias, sua vida não foi tão duradoura assim.

Outra tentativa de criação de uma instituição nacional se deu depois da morte de José de Alencar, em 14 de dezembro de 1877. Nesse mesmo dia, logo após o enterro do romancista, vários escritores, entre eles Franklin Távora, Francisco Otaviano, Machado de Assis, Joaquim Serra e Visconde de Taunay, reuniram-se ali mesmo, num dos cantos do cemitério, e decidiram fundar a Associação dos Homens de Letras. Com rapidez, no outro dia, aparecia nas páginas da revista *Ilustração Brasileira* (1877, p.125) a notícia:

Ontem no cemitério de São Francisco Xavier, ao dar-se à sepultura o cadáver de José de Alencar, o Sr. Conselheiro Otaviano, comentando em conversação com alguns outros homens de letras, a falta de uma associação que lhes servisse de nexa, ideia que



preocupava também o espírito do ilustrado finado, nestes últimos anos, propôs-lhes que ali mesmo, à beira daquela sepultura, e como homenagem a José de Alencar, se obrigassem a regularizar no mais breve prazo a referida associação, dando-a logo como fundada.

Essa primeira tentativa, contudo, em local um tanto quanto impróprio e justificada como homenagem à perda do ilustre José de Alencar, não obteve resultados positivos. Três anos depois, então, o mesmo conselheiro Francisco Otaviano anuncia a fundação, também fracassada, da Associação dos Homens de Letras. A proposta do conselheiro Otaviano foi recebida com pouco entusiasmo pelos mais velhos e conhecidos escritores e com hostilidade pelos jovens letrados – principalmente por um grupo de “novos” escritores reunidos em torno da revista *A Gazetinha*.<sup>22</sup> Liderados por Artur Azevedo e Fontoura Xavier, esses “novos” lançaram notas humorísticas, como, por exemplo: “a convite do Sr. Conselheiro Otaviano, fundou-se no Brasil a Associação dos Homens de Letras. É interessante isso! Associação dos Homens de Letras! Mas onde estão esses homens de Letras?” ou mesmo “Essa associação, ao que parece, é uma segunda edição do Instituto Histórico. O Sr. Machado de Assis foi roubado: escapou da primeira e caiu na segunda” (cf. Aguiar, 1997, p.308).

Em 30 de agosto de 1883, na terceira tentativa liderada por Franklin Távora, era fundada, enfim, a Associação dos Homens de Letras do Brasil. Na sessão solene, ocorrida na sede do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, estiveram presentes figuras ilustres como o imperador D. Pedro II, a princesa Isabel, o conde d’Eu, o escritor argentino e diretor da *Nueva Revista de Buenos Aires*, Ernesto Quesada e seu pai Vicente Quesada,<sup>23</sup> além de inúmeros literatos

22 Acerca dessa ideia de disputa entre jovens e velhos escritores na criação da agremiação, ver Aguiar (1997).

23 Aguiar (1997, p.313) destaca que “como no íntimo de Távora ainda ressoavam os ecos da fracassada Associação dos Homens de Letras do Brasil que fundaram seus amigos no dia do enterro de José de Alencar, ocorreu-lhe a ideia de utilizar a homenagem aos dois ilustres argentinos, animadores das letras e também

brasileiros que figurariam posteriormente tanto na ABL quanto na *Revista Brasileira*, como Visconde de Taunay, Sílvio Romero, Machado de Assis e Arthur Azevedo. Na ocasião, o presidente da comissão, o conselheiro José Manuel Pereira da Silva (apud Aguiar, 1997, p.317), proferiu o seguinte discurso inaugural:

Senhoras e senhores: compreendemos desde há muito tempo a necessidade de fundar no Brasil uma Associação composta exclusivamente de homens de letras, arrancando-os, dessa forma, da dispersão e do isolamento em que viviam, congregando-lhes suas forças para que desenvolvam melhor e, codificando-lhes os seus deveres e direitos na persuasão de uma classe tão respeitável como essa...

Com esses anseios de união dos homens de letras, a agremiação buscava, inclusive, a regulamentação do escritor brasileiro e a profissionalização literária, ou seja, nas palavras do fundador Franklin Távora (apud Aguiar, 1997, p.319), “a associação lhes pedirá simplesmente uma lei que regule as relações entre o autor, o tradutor, o livreiro-editor e o empresário dramático. Há de pedir-lhes também a revisão das tarifas aduaneiras”. Apesar desse primeiro momento de euforia, a sociedade durou pouco, desaparecendo logo em seguida. E, frustrada mais essa tentativa, Távora (apud Aguiar, 1997, p.322) escreveu a José Veríssimo ilustrando o problema:

Pergunta-me pela Associação dos Homens de Letras?

Morreu. *Mortuus est pintus in casca*. Hostilizada inicialmente na Corte, mal recebida nas províncias, como poderia subsistir? Pareceu-me, quando tive a ideia, que poderia fazer qualquer coisa no interesse das letras; enganei-me a olhos vistos.

---

escritores, realizada naqueles dias, para refundar a Associação. Possivelmente só assim atrairia a atenção de seus pares e das autoridades máximas do Brasil, inclusive a Família Real”.

Ainda sobre essa preocupação que relacionava associação e profissionalização do escritor, nos primeiros dias da República se deu outra fracassada iniciativa, quando Pardal Mallet publicou no *Correio do Povo* uma série de artigos chamando a atenção para a necessidade de fundar-se no Rio de Janeiro uma sociedade capaz de defender os direitos dos escritores. Durante a monarquia, é sabido, não surgiu nenhuma lei que regulasse os direitos autorais, sendo possível publicar obras de autores brasileiros e mesmo traduzir obras estrangeiras sem pagar qualquer direito autoral.<sup>24</sup> Os artigos de Mallet geraram alguns comentários antipáticos na *Gazeta de Notícias*, a qual julgou exagerada a análise da questão da falta de proteção literária. Mallet, com sua índole polemista, não tardou em responder, destacando que o centro da questão consistia não em dar dinheiro a literatos, mas sim em desenvolver os meios de produção literária. Seus esforços, pois, surtiram alguns resultados, e, em 15 de maio de 1890, o *Correio do Povo* noticiava a fundação e lançava os estatutos da Sociedade dos Homens de Letras (cf. Mallet, 1890; Broca, 1991, p.133-8).

Entre os objetivos dessa sociedade, estavam: “conseguir do governo brasileiro uma lei regulando os direitos editoriais”; “socorrer, a juízo da diretoria, os que sendo reconhecidamente homens de letras caírem na indigência, ou às suas famílias, em caso de morte”; “influir para a publicação de obras de reconhecido mérito escritas pelos sócios”; “estabelecer as condições para um fundo social”; e “estabelecer direitos, entre os quais, o de encarregar-se a sociedade da cobrança dos honorários dos sócios” (cf. Broca, 1991, p.136-7). Esse grêmio literário seria formado por homens de letras como Valentim Magalhães, Aquiles Varejão, Olavo Bilac, Aluísio Azevedo, além de uma diretoria que seria composta por Ferreira de Araújo, Machado de Assis, José do Patrocínio, Emílio Rouède, Alcindo Guanabara e o idealizador, Pardal Mallet. Entretanto, essa tentativa não passou de um projeto malogrado.

---

24 Sobre a profissionalização do escritor brasileiro, ver Lajolo e Zilberman (1996).

Mais uma ideia da fundação de uma academia de letras, agora, no entanto, já entrando nos primórdios da ABL, surgiu, em 1889, com Medeiros de Albuquerque. Nesse tempo, Medeiros de Albuquerque tinha assumido uma diretoria do Ministério do Interior e era o encarregado de fazer o orçamento do ano seguinte do novo governo. Nas suas próprias palavras: “Como a minha diretoria era precisamente a da instrução pública, pensei em aproveitar a ocasião e incluir no orçamento a verba para uma Academia Brasileira, que seria criada pelo governo. Preparei os estatutos e submeti o caso a Aristides” (Albuquerque apud Neves, 2008, p.38-9). No dia em que Medeiros de Albuquerque foi entregar a proposta ao ministro do Interior Aristides Lobo, adentrou pelo gabinete Lúcio de Mendonça, que era secretário do ministro da Justiça, Campos Salles. Disse Medeiros de Albuquerque (apud Neves, 2008, p.38-9) que, quando Lúcio chegou, Aristides “submeteu-lhe o caso: – O Medeiros quer que nós fundemos uma Academia”. Mas, pouco tempo depois, Aristides deixou o Ministério e Medeiros saiu da Secretaria do Interior, achando que havia perdido a oportunidade de fundar uma academia de letras.

Essa primeira tentativa de criação da academia por um ato oficial não teve sucesso. Sete anos mais tarde, então, o já membro do Supremo Tribunal Federal, ministro Lúcio de Mendonça, resolveu reavivar a ideia, traçando, dessa vez, um plano mais elaborado. Para tanto, escreveu a Alberto Torres solicitando o empenho desse ministro do Interior em acolher seu projeto de fundação de uma academia de letras. E, em 12 de novembro de 1896, na seção “Cartas Literárias” de *O Estado de S. Paulo*, sob o título “Academia de Letras”, anunciava:

Não se afigure, pois, estranha a fundação de uma Academia de Letras em plena República [...]. É bem certo que, na forma da lei, podíamos constituir-nos extra-oficialmente; mas não é mau, antes convém, por mais de uma razão, que sejamos instituto oficial: (1) como se trata do “culto externo” da Arte, torna-se indispensável tal ou qual solenidade, que faltaria à associação livre; (2) tentativas

desta última forma têm falhado, umas após outras, o que já é boa razão para ensaiar coisa diversa; (3) a feição oficial impressiona mais e melhor [...] a generalidade do público, assegurando aos homens de letras outro respeito, que, numa civilização imperfeita como a nossa, ainda não conseguem plenamente pelo esforço individual ou das meras sociedades literárias [...]. (Neves, 2008, p.43)

Nesse longo extrato da carta, Lúcio de Mendonça estava preocupado em incitar o Estado a patronear a fundação de uma academia literária, pois, segundo ele, uma instituição oficial impressionaria mais o público e possibilitaria uma academia mais duradoura, já que as tentativas de associações livres falharam todas.

Frustradas essas iniciativas oficiais, os literatos por trás da campanha de Lúcio de Mendonça e os frequentadores do chá das cinco da redação da *Revista Brasileira* – entre outros, Machado de Assis, José Veríssimo, Coelho Neto, Visconde de Taunay e Joaquim Nabuco – resolveram, então, dar continuidade ao projeto acadêmico por sua própria conta e risco. E Mendonça, assumindo outro discurso, buscou mostrar, e obteve sucesso, “que o pensamento, para triunfar, prescinde da chancela dos governos” (Campos, 1928, p.X). E na tarde do dia 20 de julho de 1897, numa sala do Pedagogium, respeitado colégio da capital federal, a considerada fina flor da intelectualidade brasileira, composta por 16 escritores, poetas, gramáticos, historiadores, dramaturgos e críticos literários, encontrou-se para dar início à sessão inaugural da ABL. Foi empossada, então, a sua primeira diretoria: Machado de Assis (presidente), Joaquim Nabuco (secretário-geral), Rodrigo Octavio e Silva Ramos (secretários) e Inglês de Sousa (tesoureiro) (cf. Campos, 1928, p.XI; Rodrigues, 2001).

A criação dessa tão almejada academia de letras no Brasil põe fim ao nosso mapeamento das associações literárias fundadas no Oitocentos brasileiro. Esse panorama geral, até certo ponto dispersivo, por destacar desde agremiações de naturezas diversas até associações literárias, mostrou-se necessário para fornecer ao leitor uma visão ampla e detalhada desse movimento associativo do Brasil

oitocentista. A esse respeito, não era nosso propósito aqui tentar apresentar todas as associações literárias de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas sim mostrar os modelos de associação fundados no país e o papel das associações no processo de formação da cultura nacional. Moreira de Azevedo (1885, p.321), que partilhou dessa forma de sociabilização dos letrados, resume o papel das associações do seguinte modo: “dizer as sociedades que houve em um período é quase descrever a vida, o movimento social, o tributo literário, a atividade intelectual, o adiantamento, a reunião de esforços, a condensação de luzes e a civilização da nação nessa época”. Essas “oficinas chamadas sociedades”, continua Azevedo (1885, p.321), “utilizam o mútuo auxílio, estabelecem a consulta recíproca, o conselho permanente, a vigilância coletiva e patenteiam a força, a vida e a história da nação”.

Se podem ou não ser vistas como sínteses de uma época ou até espelho de uma sociedade, é temerário afirmar. O propósito deste capítulo foi apenas mostrar que o despertar de um certo espírito associativo tornou possível a criação e a consolidação da cultura escrita, bem como foi fundamental para erigir o monumento da literatura brasileira; peças fundamentais na constituição da cultura nacional. Além de atuarem como veículos de reunião da intelectualidade e organização dos letrados, essas agremiações produziram conhecimentos úteis em diversos ramos do saber e contribuíram para a formação de homens que, até certo ponto, se tornaram guias deste país. Nesse processo, faltava ainda uma instituição maior que respondesse pela literatura, a qual, como vimos, só foi criada em 1897, quando então vem a lume a ABL, já no período republicano.

Terminado esse percurso pelo gosto por associar-se dos letrados oitocentistas, vejamos agora os dispositivos de desenvolvimento e preservação do tal espírito de associação presente nas páginas dos periódicos das associações literárias e as formas de organização das sociedades literárias surgidas em São Paulo e no Rio de Janeiro no século XIX.